



## Políticas públicas e cultura: por um centro de pesquisa em cultura contemporânea

Alexandre Veiga<sup>1</sup>

Celmar Corrêa de Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo aborda as políticas públicas de cultura, destacando a importância de serem disponibilizados aos pesquisadores dados e informações sobre essas ações, os quais podem ser obtidos com a criação de um sistema público para subsidiar pesquisas sobre o tema, a partir dos registros produzidos ao longo dos anos por essas políticas públicas. Esses registros devem ser organizados e disponibilizados para consulta, de modo a permitir a análise e avaliação dos resultados obtidos. Tal sistema pode ser configurado em um centro de pesquisa em cultura contemporânea, proposta que está sendo desenvolvida na Casa de Cultura Mario Quintana, equipamento cultural da Secretaria Estadual da Cultura do Rio Grande do Sul. Para abordar essa questão, o artigo apresenta um conceito de cultura produzido a partir dos textos de autores relevantes, discorre sobre a trajetória das políticas públicas culturais implementadas pelo estado brasileiro ao longo dos anos e investiga a questão no Rio Grande do Sul. Concluiu com a apresentação da proposta de criação do referido centro de pesquisa, indicando as ações necessárias para lograr êxito com o projeto.

**Palavras-chave:** Cultura; pesquisa em cultura; informações culturais.

## Public policies and culture: by a research center in contemporary culture

**Abstract:** The article deals with the public policies of culture, highlighting the importance of providing researchers with data and information on these actions, which can be obtained by creating a public system to support research on the subject, based on records produced over years for these public policies. These records should be organized and made available for consultation in order to allow the analysis and evaluation of the results obtained. This system can be configured in a research center in contemporary culture, a proposal being developed at the Casa de Cultura Mario Quintana, cultural equipment of the Secretary of Culture of Rio Grande do Sul. To address this issue, the article presents a concept of culture produced from the texts of relevant authors, discusses the trajectory of the cultural public policies implemented by the Brazilian state over the years and investigates the issue in Rio Grande do Sul. He concluded with the presentation of the proposal to create the aforementioned research center, indicating the actions necessary to achieve success with the project

**Keywords:** Culture; research in culture; cultural information.

1 Bacharel em História (1996) e em Arquivologia (2003) é Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação (2006) e Doutor em História pelo Programa de Pós Graduação em História (2018), todos pela UFRGS, e Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Foi Professor Substituto no Curso de Arquivologia da UFRGS e Coordenador do Arquivo Judicial Centralizado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Trabalha atualmente como servidor público lotado na Casa de Cultura Mario Quintana, no Núcleo de Acervo e Memória da instituição. Endereço Profissional: Rua dos Andradas, 736 – 2º andar, Núcleo de Acervo e Memória da Casa de Cultura Mario Quintana. E-mail: [aleveiga@cpovo.net](mailto:aleveiga@cpovo.net)

2 Doutor em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental no Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS. Mestrado em Direito, linha de pesquisa: Direito Ambiental e Biodireito, na UCS; graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor Permanente do Mestrado UERGS/ Capes Ambiente e Sustentabilidade; Líder do Grupo de Pesquisa UERGS/CNPq Políticas, Gestão Pública e Desenvolvimento. É professor adjunto da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Endereço Profissional: UERGS, Campus Central. Av. Bento Gonçalves, 8855, Bairro Agronomia, Porto Alegre/RS. E-mail: [celmar-oliveira@uergs.edu.br](mailto:celmar-oliveira@uergs.edu.br)

## Introdução

A literatura sobre o tema da cultura registra, de modo significativo, a robusta polissemia do termo. O termo “cultura”, ao ser mobilizado sem uma definição temática potente, produz dissonâncias cognitivas que conduzem a interpretações no mínimo distorcidas, para não dizer equivocadas. Os autores da área recorrem a conteúdos explicativos que tem como principal objetivo, sobretudo, estabelecer melhor compreensão sobre seu uso. Desse modo, Williams (1992, 2007, 2011), Thompson (1995) e Eagleton (2005), dentre outros, apresentam um percurso histórico da noção de cultura, a fim de indicar o rumo do que pretendem discutir, quando tratam desse assunto.

Essa expressiva abrangência referencial, ainda que promova certa dificuldade no trato das questões culturais, torna premente compreender o que significa a expressão em suas referências discursivas. A riqueza polifônica do termo, que pode designar desde o cultivo de vegetais até a forma de apreender o cotidiano abstrato de uma comunidade, possibilita significativa robustez no uso, desde que respeitadas algumas referências.

Um dos aspectos mais significativos acerca do entendimento sobre cultura diz respeito ao seu protagonismo como elemento de compreensão de uma sociedade. Embora o termo apresente difícil definição apriorística, pretendemos abordá-lo aqui como um substrato ideológico que orienta, estabelece e apóia a percepção social a respeito de uma realidade social. O termo “cultura” exige, ao mesmo tempo, uma definição precisa e, de outro, certa permissividade no uso, o que vai proporcionar capacidade suficiente para dar conta de questões tão distintas quanto seu significado em áreas como a vida cotidiana ou as manifestações artísticas.

O presente artigo apresenta uma proposta de trabalho que tem como objetivo organizar os registros documentais produzidos pelas instituições culturais do governo do Rio Grande do Sul, que podem servir como fonte de indicativos consistentes, de modo a subsidiar as políticas públicas no campo da cultura, a partir do sentido acima estabelecido, e com significativa capacidade de alcance. Para isso, foram elaboradas reflexões sobre o conceito de cultura, além de breve análise teórica, obtida através de pesquisa bibliográfica, de modo a subsidiar as decisões a serem tomadas para realizar os ajustes necessários nas políticas desenvolvidas pelos equipamentos estatais relacionados ao tema.

Para discorrer sobre a proposta, foram descritos aspectos importantes das políticas públicas culturais em geral, e em particular aquelas promovidas no estado. Essa análise das ações realizadas pelo poder público gaúcho, produzida através da pesquisa documental, indica o potencial de um centro de pesquisa em cultura contemporânea, estrutura que está sendo discutida para dar conta dessa tarefa, e que poderá ser implementada numa das principais instituições culturais do estado do Rio Grande do Sul, permitindo assim ampliar o debate do tema por parte da comunidade cultural.

## Sobre o conceito de cultura

A sobreposição de signos que remetem à cultura tende a impedir reflexões aprimoradas acerca da importância da atividade cultural em qualquer sociedade, posto que, de modo geral, desloca a percepção sobre este processo para algo desimportante ou, em boa parte das vezes, desnecessário no contexto de vida de uma população. Parte desse desprezo ou pouco significado social – que acaba metabolizado pelas políticas

culturais – impõe um reduzido investimento na área e sistemáticas inconstâncias procedimentais em seu tratamento. Essa leitura decorre da incapacidade em assimilar a cultura como um fenômeno constitutivo na formação da sociedade, essa mesma que, no mais das vezes, privilegia resultados sólidos objetivos, como os produtos obtidos pela indústria ou a solução dos problemas de saúde da população.

Os autores que se dedicaram a elaborar uma trajetória cronológica do termo permitem compreender sua dimensão subjetiva, ampliando a análise do processo que trata a cultura como fator relevante das necessidades humanas básicas. Entre eles, destaca-se o autor galês Raymond Williams, estudioso do tema, que demonstrou em textos importantes que o fenômeno da cultura é resultante de um processo social intenso e decisivo. Em seu vocabulário de palavras significativas da sociedade moderna, Williams (2007) destaca, de imediato, a complexidade da expressão, relacionando essa circunstância justamente à sobreposição de seu uso em disciplinas variadas, o que lhe conferiu colorações distintas cujo resultado foi promover um conjunto robusto de questionamentos em seu uso cotidiano.

Para o galês, o uso inicial do termo indicava um processo, algo que deveria obedecer a um conjunto de normativas que levariam a uma finalização em algum momento no futuro. Williams (2007, p. 121), assim como registrariam outros autores, registra cultura como sendo a expressão que identifica o que seria elaborado com vistas a se recolher um conteúdo final, uma atividade promovida no campo que resultaria em uma colheita. Essa idéia, segundo ele, levou, por similitude, a pensar cultura enquanto desenvolvimento humano, cuja dimensão era provida através de sua complementação, sendo esta obtida ao longo dos anos, num processo contínuo de aprendizagem, transferida de geração em geração.

As etapas posteriores de uso dessa expressão passam a ser configuradas com sentidos diversos, associada não mais à formação de um resultado final, mas sim sua própria resultante. Cultura passou a significar, então, o que era produzido a partir das ações humanas realizadas pelas atividades intelectuais e artísticas, tais como a música, pintura, teatro, cinema, o saber acadêmico, a filosofia. Esses conteúdos, obtidos pela engenhosidade de seus autores, somados àqueles obtidos na herança de autores que lhes antecederam, acabou se firmando como o mais expressivo significado do termo.

Para outro autor, John Thompson (1995), o termo “cultura” encontra seu oposto simétrico em “civilização”, não tanto por oposição a este, mas por sua dinâmica inclusiva, o que significa ter a capacidade de assimilar as diferenças, sem impor um único rumo às sociedades em geral, característica que, segundo ele (THOMPSON, 1995, p.165), expressaria a idéia de civilização. Mais importante do que entender o que é cultura, registra o autor, é ver o significado dos fenômenos culturais, que podem ser entendidos como “o estudo do mundo sócio-histórico constituído como um campo de significados”.

Thompson manifesta sua avaliação de que o conceito de cultura pertence a uma significativa variedade de fenômenos e eventos, promovendo a reflexão de analistas oriundos de diversas disciplinas como a sociologia, a antropologia, a história e a crítica literária. Isso porque, para o autor, o percurso histórico do termo foi sendo apropriado com, ao menos, quatro usos diversos, desde a idéia de um “processo de desenvolvimento intelectual ou espiritual” (THOMPSON, 1995, p. 166) – no que diferia, como foi dito antes, sob certos aspectos, diretamente do termo “civilização” – passando por concepções antropológicas, que registravam o termo com o significado de “valores, crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas característicos de uma sociedade específica ou de um período histórico” (THOMPSON, 1995, p. 166).

Um terceiro conceito possível seria uma analogia ao simbolismo, quando “cultura” passou a se interessar pela interpretação dos símbolos e da ação simbólica de uma sociedade. A partir daí, Thompson elabora o quarto conceito, propondo uma concepção estrutural de cultura, que para ele passa a ser a compreensão dos fenômenos culturais como formas simbólicas em contextos estruturados, ou seja, a análise cultural pode ser pensada enquanto o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas (THOMPSON, 1995, p. 175).

Para discorrer sobre esses usos, e notadamente relacionar à concepção estrutural, assim como Williams, o autor faz um apanhado da história do conceito de cultura, iniciando em sua origem latina, quando significava cultivo, passando por sua analogia como civilização e quando foi usado para explicar conceitos universais da humanidade, até chegar ao conceito por ele desenvolvido, e que significa uma concepção que dá ênfase tanto ao caráter simbólico dos fenômenos culturais como ao fato de tais fenômenos estarem sempre inseridos em contextos sociais estruturados. Mais adiante, Thompson vai afirmar que a produção e a circulação das formas simbólicas nas sociedades modernas são inseparáveis das atividades das indústrias da mídia, maior responsável pela circulação da cultura como elemento estruturante da sociedade contemporânea.

Outro autor relevante, o inglês Terry Eagleton (2005), entende cultura a partir de um processo semelhante aos demais, mas destaca elementos que promovem essa expressão em sentidos correlatos e complementares, porém distintos. Eagleton, assim como Thompson, também identifica o uso do termo em contraste à civilização, registrando da mesma forma o percurso histórico que ambas as expressões percorreram ao longo do tempo, e como uma e outra vão se afastando, ainda que tenham se originado da mesma concepção teórica.

O termo cultura, diz Eagleton, foi instituído em sua versão mais acabada a partir do Iluminismo e da crença absoluta deste movimento no uso que faz a sociedade do pensamento racional como elemento de sua configuração. Ele afirma, de modo categórico, que enquanto foi equivalente à civilização, “cultura’ pertencia ao espírito geral do iluminismo, com o seu culto do auto-desenvolvimento secular e progressivo” (EAGLETON, 2005, pág. 20). Cultura era, portanto, o signo do progresso humano em curso para outro estágio superior.

Posteriormente, Eagleton vai reformular essa premissa, ao direcionar seus esforços para a perspectiva do termo a partir de sua interação social. Assim, diz ele, “A cultura exige certas condições sociais, e já que essas condições podem envolver o Estado, pode ser que ela também tenha uma dimensão política” (EAGLETON, 2005, p. 21). Esse encontro entre cultura e política vai se tornar constitutivo do entendimento do autor para a expressão, quando passa a analisar seu uso em diversos momentos da história.

Eagleton, no entanto, faz questão de afirmar que o uso do termo torna-o, por vezes, sem muita utilidade, pois “Seu significado antropológico abrange tudo, desde estilos de penteado e hábitos de bebida até como dirigir a palavra ao primo em segundo grau de seu marido” (EAGLETON, 2005, p. 51). Com isso, discute a valorização do termo como instrumento de disputa entre civilizações, ao contrário do que se poderia propor inicialmente, que seria sua capacidade de dissolver esses conflitos, ao se ter o reconhecimento das diferenças. Nesse sentido, o termo cultura passou a ter um uso cada vez mais político – em sua dimensão conflitiva – deixando de fazer parte do processo de solução de rivalidades.

Essa conotação ampliada tem nova expressividade no texto de outros dois autores, cujas trajetórias

acadêmicas lidam com a expressão de modo mais abrangente. São eles Gilles Lipovetsky e Jean Serroy. Para ambos, que examinam a formulação de uma “Cultura-mundo”, há uma evolução do processo de abrangência do conceito, que deixa de operar em configurações regionais para se tornar um elemento constante em toda a experiência humana.

Ao examinar o percurso cronológico da expressão, (LIPOVETSKY; SERROY, 2011, p. 11), os autores registram a evolução histórica das relações da cultura com o todo social, entendendo que primeiro houve um momento religioso tradicional da “cultura”, surgido junto com as sociedades ditas primitivas, que ofereciam um modelo supostamente puro, onde não era possível distinguir nenhuma esfera cultural autônoma. Para os autores, a cultura é a ordenação totalizante do mundo, na medida em que as formas culturais se perpetuam de geração em geração e a cultura se manifesta sem um foco interno de questionamento de seus princípios e relatos.

Um segundo estágio na compreensão do termo, para eles, surgiu com o advento das democracias modernas, portadoras de valores atemporais como igualdade, liberdade e laicidade, produzindo um momento revolucionário da cultura. Assim como os demais autores ressaltaram, também para Lipovetsky e Serroy a modernidade promoveu a secularização da cultura, edificando um mundo de razão desembaraçado dos particularismos, da dominação da igreja, das tradições e das superstições.

Um terceiro modelo, dizem eles (LIPOVETSKY; SERROY, 2011, p. 13), se estabeleceu a pouco – em termos históricos – passando a constituir o horizonte cultural das sociedades contemporâneas na era da globalização. Nesse momento, as grandes utopias e os contramodelos de sociedade evanesceram-se, perderam o essencial de sua credibilidade, com a supervalorização do futuro cedendo passagem ao alto investimento no presente e no curto prazo, superposto a uma reabilitação do passado, do culto ao autêntico, da remobilização das memórias religiosas e identitárias, das reivindicações particularistas.

A esse regime os autores denominaram “hipermodernidade”, que seria uma hipercultura de terceiro tipo, cuja existência reconfigura o mundo para além das oposições alta cultura/baixa cultura, cultura antropológica/cultura estética, cultura material versus cultura ideológica, promovendo o cruzamento entre uma cultura tecnocientífica, do mercado, do indivíduo, uma cultura midiática e das redes, uma cultura ecologista; pólos que passam a serem as “estruturas elementares” do que denominaram a cultura-mundo.

Como resultado disso podemos traçar, *grosso modo*, uma trajetória cronológica do conceito com as seguintes características, de acordo com o que propuseram Williams (2007, p. 119-121) e Thompson (1995, p. 165-192):

Trajetória cronológica do termo cultura

Século XVIII	Séc. XIX	Séc. XX
Cultura como produto que se obtém do trabalho na terra	Cultura como civilização ou como desenvolvimento intelectual ou espiritual	Cultura como produção artística, na musical, literária, na pintura, escultura, teatro e cinema.

Fonte: Adaptado de THOMPSON (1995) e WILLIAMS (2007).

Evidentemente que tal quadro é apenas um fio condutor para possibilitar o uso do termo. Mas essas incursões sobre o conceito de cultura são imprescindíveis para percebermos a dimensão explicativa que o

conceito de cultura promove quando buscamos uma definição. O próprio Raymond Williams, em outro texto (2015, p. 5), vai caracterizar cultura como uma designação de um modo de vida, por um lado, e para designar as artes e o aprendizado, por outro.

Em termos operacionais, podemos afirmar que a cultura origina-se de uma realidade objetiva promovida por determinado grupo social, que se consolida como a idéia matriz de organização desse grupo, tornando-se depois o modelo a ser realizado. Nesse sentido, sua redefinição e modelagem podem e devem ser constituídos por elementos que possam buscar a valorização das pessoas, removendo-se de sua prática aqueles procedimentos que promovem coerção ou desrespeito com as minorias que convivem neste grupo social.

Essa é uma das instâncias de promoção de uma cultura de valorização da dignidade humana, orientada para o bem comum. Outra expressiva possibilidade é obtida pela compreensão afirmativa de elementos culturais diversos, oriundos de manifestações culturais específicas, que possibilitem o diálogo profícuo com realidades diferentes daquela que se identifica numa determinada sociedade. É o caso, por exemplo, da realização de eventos que permitam a manifestação de conteúdos originados em sociedades distantes daquelas onde se apresentam. Tais essas propostas, para se concretizarem, devem ser conduzidas por políticas públicas que tenham como objetivo qualificar tais ações.

Por conta dessa atuação, a produção de um modelo de cultura que seja inclusivo e diversificador é essencial para constituir uma sociedade mais harmônica e equilibrada. Essa função, em nosso país, de modo geral, tem sido desempenhada pelo estado, que se valeu, ao longo do tempo, de diversas estratégias, as quais nem sempre primaram por esses objetivos. De modo geral, observamos no Brasil a promoção de políticas públicas do campo cultural que responderam a estágios mais ou menos homogêneos, sincronizados aos processos políticos que organizaram a sociedade brasileira ao longo dos anos.

### **As políticas públicas de cultura no Brasil**

Antes de produzirmos uma descrição do processo histórico relacionado às ações do estado no campo da cultura, é importante estabelecermos uma definição sobre o aspecto principal desse termo, em geral, e mais detidamente em sua aplicação no que se relaciona às práticas vistas em nosso país. Para tanto, vamos utilizar o conceito proposto pela UNESCO, que define uma política cultural “como um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e os procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado”, de acordo com o que registrou Reis (s/d, pág. 2).

Ainda citando Reis (s/d, pág. 2), vemos que a autora avança na análise, reforçando que uma política cultural deve destacar a busca pelo atendimento das necessidades culturais de uma população, através do uso de recursos materiais e humanos. Ou seja, a política cultural tem como objetivo, por parte do poder público, promover as condições para a disponibilização adequada do conteúdo cultural, de modo que haja melhor promoção desses conteúdos.

A noção de cultura e de políticas culturais, no Brasil, teve suas primeiras referências em meados dos anos 20, quando um grupo de artistas plásticos, escritores e músicos protagonizaram os eventos que tiveram como ápice a Semana de Arte Moderna de 1922, ocorrida em São Paulo. Esse é o marco de um movimento

expressivo, que catalisou as manifestações culturais realizadas naquele espaço social, concentrando-as num episódio singular. A partir disso foram potencializados os debates acerca da questão cultural no país.

Tais debates, obviamente, possuem significados distintos de acordo com as configurações políticas dos governos e dos contextos históricos nos quais se desenvolvem. Com isso, percebe-se uma nítida distinção das políticas culturais decorrentes dos modelos de gestão dos grupos no poder, como refere Marilena Chauí (1995), ao discutir esse tema. Para ela, o Brasil passou por políticas culturais com características expressivas, relacionadas ao respectivo modelo político em que se desenvolveram (CHAUÍ, 1995, p. 11).

O primeiro desses contextos pode ser denominado de liberal, quando a formação estatal identifica a produção de cultura através das chamadas belas-artes, sendo estas compreendidas a partir da clivagem entre artes liberais e servis. Na qualidade de artes liberais, elas são vistas como privilégio de uma fração escolarizada e consumidora de produtos culturais – a elite da sociedade.

Posteriormente, promoveu-se uma cultura oriunda do Estado autoritário, na qual este se apresenta como produtor oficial de cultura e censor da produção cultural da sociedade civil; em seguida, tivemos uma cultura dita populista, que manipulava uma abstração genericamente denominada cultura popular, entendida como produção cultural do povo e identificada com o pequeno artesanato e o folclore, isto é, com a versão popular das belas-artes e da indústria cultural. Por fim a proposta neoliberal, que identifica cultura com os eventos de massa, cujo objetivo maior, ao fim e ao cabo, é obter um resultado financeiro com a atividade. Com isso, se constituiu uma tendência de privatizar as instituições públicas de cultura, deixando-as sob a responsabilidade de empresários culturais.

Não é difícil sincronizar essas características com os períodos históricos do país. Referindo-se, de início, à Primeira República, cuja matriz teórica liberal era uma pálida referência, depois identificando com os períodos dos governos de Getúlio – o Estado Novo e o período democrático – chegando à retomada política decorrente do final da Ditadura Civil-militar iniciada em 1964, essa periodização precisa apenas ser complementada com os eventos forjados nesse outro interregno autoritário, responsável, dentre outros episódios, pela organização do campo cultural através da criação dos conselhos de cultura – uma ironia em tempos de autoritarismo – além do uso intensivo do controle das atividades culturais em geral, através de mecanismos análogos aos que existiram no primeiro governo Vargas. Por último, temos o período atual, que se divide entre as ações estatais e as atividades dos produtores culturais privados.

Num primeiro momento – quando se pode falar claramente da atuação estatal no campo da cultura – houve um conjunto de procedimentos específicos para o desenvolvimento cultural brasileiro. Esse período, iniciado no governo Vargas, em 1930, desenvolve-se a partir de um aparato estatal constituído por normas e regulamentos, com forte modelagem coercitiva. Era o modelo de gestão decorrente do chamado Estado Novo, período em que as políticas públicas foram instituídas por um regime de força.

A vasta literatura relacionada aos governos Vargas e, mais detidamente, a respeito do seu período autoritário, caracterizado pela expressão acima citada – criada, aliás, pelo próprio grupo que chegara ao poder – é sólida ao se referir ao modelo de atuação política da época, dominado por propostas apresentadas e implementadas pelo Poder Executivo, cuja centralidade e predominância foram praticamente absolutas. Como afirmou Juarez Távora, um dos principais líderes da denominada “Revolução de 1930”, o novo governo

seria uma “Ditadura sem limite fixado, até que todos verifiquem por atos, não por palavras, a regeneração e a reabilitação dos costumes políticos e administrativos” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 361).

O primeiro governo Vargas adotou uma postura claramente antiliberal, nacionalista e centralizadora (GOULART, 1990, p. 15), rejeitando sua própria plataforma política, com que se apresentara – e fora derrotado – nas eleições presidenciais ocorridas em 1930. Esse modelo autoritário propunha promover um salto civilizatório no país, na medida em que Identificava a prática política e, por conseqüência, a atuação desta na economia como um entrave à modernização brasileira. Como resposta a essa conjuntura, os artífices do novo governo pretendiam dar velocidade ao desenvolvimento social brasileiro, ação que, segundo eles, era sistematicamente bloqueada pelos interesses regionais. Unificar o país sob uma mesma bandeira tornou-se, portanto, imprescindível para desenvolver o programa sócio-econômico do Estado Novo.

Para promover essa integração forçada, era necessário controlar todo o sistema de organização social. Isso exigia que, além de impor uma agenda econômica voltada à industrialização, com a substituição de bens de consumo importados, fosse constituído um consenso mínimo na sociedade, por parte do governo, que seria ancorado numa idéia singular de brasilidade. A ferramenta que tornaria tal consenso possível era o controle dos meios de comunicação, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (o famoso DIP). É com o trabalho dessa unidade, também, que o governo investe em outro campo social, marcado pela produção simbólica: a cultura, que a exemplo dos outros processos, passa a ser um assunto de Estado, promovida e realçada por um conjunto expressivo de políticas públicas, dentre as quais se destaca a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que perdura até hoje, sob o formato de Instituto<sup>3</sup>.

O final da Segunda Grande Guerra e a derrota dos regimes de força que haviam jogado o Ocidente na Segunda Grande Guerra significou, no Brasil, o fim do período autoritário do Estado varguista. A queda de Getúlio, evento ao qual seguiram outros desdobramentos políticos, iria demarcar a trajetória da sociedade brasileira nos próximos anos. As práticas políticas, nesse período, continuavam tendo desdobramentos conflituosos, do que são provas as crises de 1953, com o suicídio de Vargas e as dificuldades para governar enfrentadas por Juscelino e João Goulart, sendo este último apeado do poder por um golpe de Estado.

Ainda assim, houve o desenvolvimento de políticas públicas na área da cultura por tais governos, que continuavam seguindo as diretrizes de atuação social também sob controle do estado, nos anos 50 e 60, com forte influência de modelos autóctones em sua prática política. Isso porque, em que pese já se perceber maior participação da sociedade, o modelo ainda estava fortemente ancorado em práticas excludentes, que ficariam explícitas no período entre 1964 a 1985, durante a Ditadura Civil-militar.

O golpe político protagonizado por forças civis e militares, que em 1964 encerrou o breve interregno democrático brasileiro foi realizado sob o signo da luta contra o “perigo vermelho”, uma das tantas expressões que indicavam haver um risco do Brasil se tornar uma ditadura controlada por comunistas. Essa era uma argumentação simplória, que visava jogar a população contra as políticas do governo Goulart, cuja meta

---

3 O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, com a seguinte incumbência: “promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”. Fonte: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_n\\_378\\_de\\_13\\_de\\_janeiro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf), acesso em 23/11/2017.



era realizar as chamadas “reformas de base”.<sup>4</sup> Para impedir a realização desse projeto, que contrariava os privilégios das oligarquias, os golpistas destituíram o presidente e entregaram o poder aos generais.

A exemplo do que se desenvolveu a respeito do Estado Novo, há também um significativo número de estudos que discutem o legado do Regime Civil-militar. No campo da cultura, é consenso que houve, como destaca Barbalho (1999), efetiva participação das elites brasileiras no processo, pois estas haviam arquitetado o golpe junto com as autoridades militares. O grupo que tomou o poder via na cultura um forte elemento mobilizador da nacionalidade, que poderia garantir a coesão interna e externa de que o movimento necessitava, de modo a torná-lo mais palatável à população.

A forte repressão social e política, nesse período, foi realizada no campo da cultura pela censura direta aos espetáculos teatrais, ao cinema e à música, buscando impedir que idéias divergentes da interpretação do mundo vista a partir da perspectiva do novo governo chegassem à população. Além disso, houve uma destacada atuação em busca de uma unificação, no plano nacional, do conjunto de bens simbólicos que passaram a representar o país.

Nesse sentido, e buscando também desfazer a imagem do autoritarismo que orientou toda a trajetória do governo civil-militar de 1964, foi criado um mecanismo que se propunha a incluir uma parcela da sociedade na definição das diretrizes culturais a serem efetuadas pelo governo. É dessa época a criação dos Conselhos Federal e estaduais de cultura, numa proposta de política pública cuja intenção era sincronizar a participação social mantendo o controle do processo.

Esse modelo de política, no entanto, acaba permitindo condições para se produzir novas ações culturais em meio ao processo autoritário. Barbalho (1999, p. 74) citando Pécaut (1995), destaca essa dissonância ao afirmar que

Três fatores que ajudam a compreender a permanência dessa produção crítica em plena ditadura. Primeiro, o surgimento de novas instituições intelectuais de esquerda e a permanência das existentes; segundo, uma certa coesão mantida pelos intelectuais de esquerda, uma vez que o campo cultural acaba funcionando como um “subsistema político”, possuindo instâncias próprias de poder e, portanto, de cooptação; terceiro, a própria dubiedade do regime militar em relação aos intelectuais, aplicando simultaneamente a repressão e a promoção culturais.

A realidade do modelo de promoção dessas políticas culturais, direcionadas pelo Conselho Federal de Cultura e reiteradas por seus êmulos nas unidades subnacionais, tornou o Estado o grande financiador da cultura, investindo recursos diretamente na elaboração de determinadas ações e impedindo a realização de outras, em função das diretrizes desenhadas no plano geral. Essa formulação, em que pese sua prática direcionadora, não conseguiu impedir o florescimento de alternativas culturais que, por todo o país, ajudaram a promover uma nova leitura da realidade, a ser incrementada a partir do fim do regime, em 1985.

No processo de redemocratização decorrente do fim do regime de exceção, e principalmente com a promulgação da Carta Constitucional de 1988, inicia-se novo momento de organização, por parte do estado, do modelo de produção da cultura. É o período que preconiza a valorização da participação popular, bastante incipiente num primeiro momento, mas robustecida ao longo dos anos, com o incremento de

---

4 As chamadas “reformas de base” consistiam em um conjunto de medidas, propostas ainda no Governo JK, que alteravam pontos substanciais da Constituição, para promover aspectos importantes da estrutura social e econômica do país, com vistas a superar seu crônico subdesenvolvimento. Entre elas, uma das mais polêmicas era a reforma agrária. A defesa dessas reformas no Governo João Goulart foi um dos principais motivadores do golpe que o afastou do poder. Fonte: FGV/CPDoc.

práticas que promoviam a participação da sociedade na definição dos critérios de atuação do estado em relação à cultura.

Antes da nova carta constitucional, porém, já se percebiam sinais de mudança no conceito de gestão estatal da cultura. Já em 1985, logo no início do mandato de José Sarney – primeiro civil a ocupar a Presidência após esse período autoritário – foi criado o Ministério da Cultura, com a participação direta de um dos mais renomados intelectuais brasileiros, o economista Celso Furtado. A origem dessa lógica de uma estrutura específica para tratar do tema cultural veio da França, onde o movimento de autores e ativistas permitiu separar as temáticas culturais em unidade própria, diversa da educação, o que permitiu uma nova perspectiva para o campo relacionado às práticas culturais.

São também desse contexto histórico período a efetivação normativa e ampliação funcional dos conselhos de cultura, conforme registra Calabre (2010, p. 59-78) que agora passam a ser responsáveis por balizar o destino dos recursos destinados à atividade cultural, inicialmente obtidos somente via orçamento público, mas depois através de leis de financiamento da cultura, decorrentes da renúncia fiscal de recursos tributários por parte do Estado. A partir desse modelo, a organização da cultura abriu-se mais para a sociedade civil, cujos representantes passaram a orientar de modo ainda mais decisivo os investimentos na área, valendo-se agora das múltiplas interpretações do conceito de cultura, decorrentes da diversidade com que tais conselhos são formados.

Esse modelo, no entanto, como ocorre com qualquer proposta de gestão, precisa receber correções de rumo, pois suas quase três décadas de existência demonstram que não atende mais às necessidades dos novos tempos. Esse é o papel que deve caber aos órgãos gestores da cultura na atualidade. Há que se propor ajustes no modelo de organização da cultura, seja para melhorar a compreensão teórica do fenômeno cultural, seja para possibilitar maior amplitude do processo objetivo de sustento às atividades.

Nesse sentido, cabe pensar uma proposta que permita desenvolver com maior qualidade as políticas culturais promovidas pelo Estado. Para isso, torna-se imprescindível ter acesso aos programas e projetos realizados, o que é possível através da elaboração de registros informacionais que permitam a análise detalhada dessas ações, de modo a fornecer um conjunto de dados organizados. Desse modo, torna-se possível, também, promover alterações e ajustes nessas políticas, visando alcançar, com maior qualidade, um objetivo mais abrangente para tais políticas, a partir de então.

Uma proposta nesse sentido está em elaboração na Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul. Nessa instituição, que vem recebendo acervos relacionados aos temas desenvolvidos nas ações culturais do estado do Rio Grande do Sul, há condições de promover significativas atividades de análise dos projetos realizados ao longo dos anos no campo da cultura, o que tem como perspectiva analisar melhor tais ações.

### **O centro de pesquisa em cultura contemporânea na CCMQ**

Esta unidade está sendo formada por um núcleo de pesquisa sobre o tema, contando com os documentos originados na atuação das unidades estatais e paraestatais encarregadas da realização de ações culturais. Tem como objetivo proporcionar as condições para o estudo de temas ligados à cultura, com a

finalidade é compreender os aspectos singulares desse processo, como analisam Castro e Soares (2018, p.1), que ao discutir a relação entre a cultura e o direito à memória, entendem que devem ser implementadas “ferramentas que garantam a permanência e o registro da produção cultural e de memória acumulados”.

Este centro pretende reunir, organizar, difundir, apresentar e discutir as manifestações culturais promovidas pelo Estado, especialmente aquelas coordenadas pelas diretrizes dadas pelas instituições que são relacionadas ao Governo do Rio Grande do Sul, como a Secretaria de Cultura e o Conselho Estadual de Cultura, além da própria Casa de Cultura Mario Quintana.

A “Casa”, como é carinhosamente conhecida, é uma instituição que pertence à Secretaria Estadual da Cultura do Rio Grande do Sul, responsável por congregar, produzir e divulgar eventos incluindo praticamente todas as manifestações artísticas da sociedade. Na CCMQ há espaço para a música, as artes plásticas, o cinema e a literatura, assim como também se efetivam, ali, atividades acadêmicas e de debate e reflexão. Esse caleidoscópio cultural proporciona um terreno fértil para a compreensão da realidade social dos nossos tempos, sendo um espaço privilegiado para a análise teórica e o desenvolvimento prático das ações culturais.

Em função dessa realidade, propõe-se que a Casa de Cultura seja a sede do espaço de organização, desenvolvimento e reflexão do universo cultural promovido no estado, na medida em que é uma instituição que reúne as condições adequadas para estruturar os conteúdos produzidos nestes projetos culturais das diversas áreas, permitindo apresentá-los ao público, registrar sua abrangência e aceitação e discutir sua validade. Com isso, torna-se um centro organizativo do processo de produção e reflexão sobre a cultura, propiciando as bases para ampliar as propostas relacionadas ao tema.

A proposta de criação do Centro de Pesquisa em Cultura Contemporânea (CPCC) envolve sensibilizar a comunidade cultural a respeito do tema. A estratégia para potencializar essa idéia passa pela ampla divulgação do que já está consolidado no acervo do Núcleo, que vem tratando e organizando documentos de diversas unidades ligadas ao setor, além dos documentos da própria CCMQ.

Nesses documentos, ficam latentes questões como a substancial valorização dos temas ligados ao folclore do Rio Grande do Sul, com a evocação da figura do gaúcho, em paralelo a outros temas. Fica claro, também, que houve uma mobilização das instituições estatais em busca de outras abordagens para aspectos da cultura mundial, o que se refletiu – ao menos nos primeiros anos – nas diversas atividades promovidas pelos equipamentos culturais do governo gaúcho.

Através das pesquisas realizadas e potenciais que podem ser produzidas pelo CPCC, se coloca a possibilidade de elaborar reflexões de médio e longo prazo a respeito da promoção da cultura como elo entre os cidadãos do estado, e destes com os representantes de outras culturas. A perspectiva de obter informações adequadas acerca do que já se fez em termos de atividade cultural potencializa a qualidade das realizações a serem promovidas, na medida em que permite ver seu alcance ao longo dos anos. Com isso, aspectos que poderiam ter menor aproveitamento ficam evidenciados, assim como aqueles que tenham recebido atenção mais continuada podem ser redimensionados.

Uma breve análise das informações já coligidas pelo Núcleo permite verificar que o segmento identificado como patrimônio cultural tem maior capacidade de promoção dos valores culturais estabelecidos nas políticas públicas, de acordo com o que se tratou no início do texto, por exemplo. No entanto, se a

compreensão do grupo político que opera as políticas públicas do Estado num determinado momento fizer a opção pela valorização da cultura em suas manifestações mais efêmeras, esse conteúdo fica esvaziado.

Tal possibilidade de estudo serve como exemplo panorâmico do que se pode viabilizar, em termos de conhecimento, caso seja concretizada a presente proposta, que tem como objetivo demonstrar a necessidade de se constituir um processo adequado de análise dos valores destinados aos diversos segmentos da atividade cultural, permitindo alinhar as políticas públicas aos objetivos delineados pelos diferentes governos. Sem conhecer essas informações de modo detalhado, o poder público pode ser instado a fazer opções que, talvez, não fossem aquelas que pretendidas quando se apresentou à sociedade, no processo eleitoral.

Mais do que isso, a proposta também quer facilitar o acesso às informações qualificadas a respeito de cada atividade desenvolvida, propiciando estudos de médio e longo prazo sobre as ações promovidas pelo poder público, seja via orçamento, seja pela destinação vinculada a projetos produzidos por terceiros. Como exemplo disso, é possível imaginar a análise temporal de ações cuja prática tenha ocorrido por vários anos, como são os casos da Feira do Livro de Porto Alegre, da Bienal do Mercosul ou do Porto Alegre em Cena, que já contabilizam diversas edições, tendo produzido um conjunto de atividades significativas nas áreas da literatura, artes visuais e teatro, respectivamente.

Diante dessa possibilidade, apresenta-se uma nova forma de organização de informações no campo cultural, que pode promover a ampliação do conhecimento do que já se fez nos diversos processos culturais no estado do Rio Grande do Sul e, a partir disso, aplicar os modernos conceitos de gestão pública, a fim de reorientar seus resultados. Assim, é possível pensar alternativas para superar entraves que impedem a promoção da atividade cultural como algo efetivamente relevante, para além do seu caráter de entretenimento.

A cultura, sendo um programa de representação da essência de um povo, como vimos nas definições iniciais, pode e deve se tornar um mobilizador para a renovação do espírito da sociedade, desde que configurada a partir de princípios que respeitem a dignidade humana e sua amplitude conceitual. Essa perspectiva está ancorada nas análises feitas por Inglehart e Welzel (2009, p. 35) ao discutir, em sua teoria revisitada da modernização, a perspectiva que passam a ter da existência aquelas pessoas que vivem em sociedades diversas, identificando as mudanças que vêm ocorrendo no mundo, a partir da alteração substancial do conteúdo cultural promovido pelo processo de modernização de seu cotidiano.

Esse modelo de produção de informações relacionadas ao tema da cultura é o que se tenta buscar com esta proposta, superando os mecanismos que não permitem ver toda a dimensão do processo, como é o caso dos atuais conceitos de financiamento da cultura, indicados por Augustin (2010). Tais condicionantes são perceptíveis inclusive nos eventos que deveriam fugir a essa lógica, em decorrência da dinâmica dos atuais modelos de gestão da cultura, que permanecem inalterados ao longo dos anos, muito em função da impossibilidade de se identificar padrões e processos de gestão mais pertinentes e adequados.

### **Considerações finais**

A partir da compreensão da abrangência da questão cultural, urge promover maior conhecimento da trajetória das políticas públicas desenvolvidas nesse campo, aliado a uma avaliação sustentada em requisitos próprios, para se obter alterações substanciais no modelo de gestão pública da cultura. E isso somente será

possível com a combinação de ações objetivas definidas através de uma reflexão positiva da gestão cultural ao longo do processo histórico brasileiro, o que vai ser possível com a organização de mais espaços de pesquisa.

Essas premissas, decorrentes de um modelo estabelecido a partir do Estado com maior protagonismo, são possíveis através de políticas públicas democráticas, plenamente observadas e regidas por um efetivo controle social. Tais políticas, realizadas sob a lógica da eficiência administrativa, levam à observância do respeito à dignidade humana, e podem ser validadas pela promoção de um programa de ação cultural qualificado.

Também é decisivo nessa proposição repensar as funções do Estado, que passa por desafios em seu modelo de atuação, além de ver sua proeminência ser francamente discutida, em nível mundial, dado o novo arranjo econômico e social que vem moldando o planeta nesse novo século. É o que se defende ao propor uma estrutura que possa subsidiar as políticas culturais promovidas pelo Estado, tendo como indicação principal os investimentos realizados ao longo dos anos. Nesse aspecto, entendemos que o trabalho realizado pelo Estado é ainda imprescindível, em que pese a necessidade de reformular suas práticas de gestão, para que as políticas públicas tornem mais concreta a perspectiva de uma sociedade melhor, com o que a produção cultural tem muito a contribuir.

## Referências

- AUGUSTIN, Andre Coutinho. **A farsa das leis de incentivo**: O neoliberalismo e seu impacto na política cultural brasileira. TCC Economia UFRGS, 2010.
- BARBALHO, Alexandre. **O Estado pós-64**: Intervenção planejada na cultura. Política e Trabalho, nº 15. Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPB; setembro de 1999, p. 63-78.
- CALABRE, Lia. A ação federal na cultura: O caso dos conselhos. In: CALABRE, I. **Políticas culturais no Brasil**: História e contemporaneidade. Coleção Textos Nômades, nº 2. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010, p. 59-78.
- CASTRO, Fernanda Santana Rabello de; SOARES, Ozias de Jesus. **Políticas públicas**: garantia do direito à cultura e à memória. Revista Mouseion: UniLaSalle, Canoas, n.30, ago/2018.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura política e política cultural**. Estudos Avançados 9, São Paulo, 1995.
- EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial**: Ideologia, propaganda política e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009.
- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-mundo**: resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- REIS, Paula Félix. **Estado e políticas culturais**. Fundação Casa de Rui Barbosa, s/d.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

THOMPSON, John B. ***Ideologia e cultura moderna***: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: Um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Recursos da esperança**: cultura, democracia, socialismo. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

Recebido em 20/12/2018.

Aceito em 30/12/2018.